

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS
ETSUS

Ana Luisa da Silva Gonçalves

RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DE SAÚDE:
DA ESCOLA QUE TEMOS PARA ESCOLA QUE
QUEREMOS

São Paulo

2013

Ana Luisa da Silva Gonçalves

**RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DE SAÚDE:
da escola que temos para escola que queremos**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas ETSUS, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Marlene A. M. Monteiro

São Paulo

2013

Ficha de Identificação da Obra
Escola de Enfermagem da UFMG

Gonçalves, Ana Luisa da Silva

Reconstrução do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Saúde: da escola que temos para escola que queremos. [manuscrito] / Ana Luisa da Silva Gonçalves. - 2013.

54 f.

Orientadora: Marlene A. M. Monteiro

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. ETSUS - Pólo São Paulo-SP, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.

1. Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Educação Profissionalizante/ organização & administração. 3. Educação em Saúde/organização & administração. 4. Centros Educacionais de Áreas da Saúde/organização & administração. I. Monteiro, Marlene A. M. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS. III. Título.

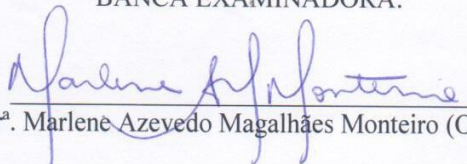
Elaborada por Maria Piedade F. Ribeiro Leite – CRB6/601

Ana Luisa da Silva Gonçalves

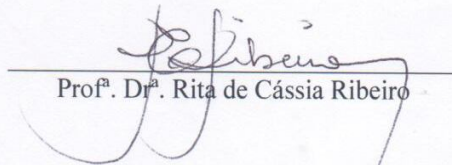
**RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA
MUNICIPAL DE SAÚDE: DA ESCOLA QUE TEMOS PARA ESCOLA QUE
QUEREMOS**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Pólo Vila
Olímpia/SP.

BANCA EXAMINADORA:



Prof^ª. Dr^ª. Marlene Azevedo Magalhães Monteiro (Orientadora)



Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Ribeiro

Data de aprovação: 07 de agosto de 2013

São Paulo - SP
2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a todas as pessoas que de algum modo, nos momentos serenos ou apreensivos, fizeram parte da conclusão deste trabalho.

RESUMO

Contextualizar, analisar e apresentar uma proposta de reconstrução do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal de Saúde de São Paulo, retomando o papel de destaque na qualificação e formação de seus profissionais diante de um novo modelo de gestão.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Educação. ET-SUS. CEFOR. EMS.

ABSTRACT

Contextualize, analyze and propose a reconstruction of the Political-Pedagogical School of Health of São Paulo, returning to the role in the qualification and training of its professionals face a new management model.

Keywords: Political Pedagogical Project. Education. ET-SUS. CEFOR. SEM.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 OBJETIVO	08
3 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	08
4 JUSTIFICATIVA	26
5 METODOLOGIA	27
6 CONCLUSÕES FINAIS	28
7 CRONOGRAMA	29
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
9 ANEXOS	33

1. INTRODUÇÃO

Em São Paulo, através do Decreto Municipal nº 28.625, de 30 de março de 1990 foi criado o Centro de Formação e Desenvolvimento dos Trabalhadores da Saúde – CEFOR. (SÃO PAULO, 1990)

Pelo Decreto Municipal nº 42.120, de 19 de junho de 2002, foi criada a Escola Técnica do Sistema Único de Saúde de São Paulo – ETSUS-SP integrante da Rede das Escolas Técnicas do SUS – RETSUS, desenvolvendo cursos inscritos no Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico - CNCT, de acordo com a legislação do Ministério da Educação, possibilitando assim, certificação com validade para todo território nacional.

Sua autorização para a instalação e funcionamento pelo Conselho Municipal de Educação – CME ocorreu por meio do Parecer CME nº 04/03 CEFM, aprovado em 08/05/03 e publicado no Diário Oficial do Município em 24/05/03.

Atendendo às necessidades de modernização e ampliação o CEFOR através do Decreto nº 52.514, de 25 de Julho de 2011, transformou-se em Escola Municipal de Saúde, reorganizando e alterando suas atribuições.

O Projeto Político-Pedagógico - PPP é um projeto por sistematizar ações que deverão ser executadas em um determinado período; é político, por legitimar a instituição escolar como um ambiente de desenvolvimento e formação de cidadãos críticos e reflexivos, cientes de seus deveres e direitos, capazes de atuar e propiciar mudanças na sociedade a qual estão inseridos; e pedagógico, por constar toda a organização didático-pedagógica da escola, sendo esta, imprescindível para o processo de ensino aprendizagem.

O conjunto de atitudes a serem tomadas e atividades a serem desenvolvidas e balizadas pela vontade e compromisso de toda a comunidade escolar, contribuirão para a concretização do processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico - PPP, proporcionando a qualidade do ensino e o compromisso social, o que possibilita a Escola

Municipal de Saúde atender e acompanhar as demandas sociais de forma efetiva e planejada, na formação dos profissionais de saúde.

2- OBJETIVO

Objetivo geral:

Contextualizar, analisar e apresentar uma proposta de reconstrução do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal de Saúde.

Objetivos específicos:

- Planejar as atividades a serem desenvolvidas para a concretização do processo de elaboração do PPP;

- Organizar grupos de trabalho, formados por representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar;

- Discutir e definir a Identidade da Escola (Missão, Visão e Valores);

- Discutir e definir concepções, princípios, diretrizes e compromissos da Escola.

3- CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Em 1990, em São Paulo foi criado o Centro de Formação e Desenvolvimento dos Trabalhadores da Saúde – CEFOR, com o Decreto 28625/90, vinculado à Coordenação de Recursos Humanos da Secretaria Municipal da Saúde, tendo por missão a formação e aprimoramento de trabalhadores na área da saúde.

Em 2002, no movimento do Ministério da Saúde com relação à formação profissional de nível médio, o Núcleo de Formação da Seção Técnica de Projetos do CEFOR que desenvolve curso do PROFAE, transformou-se na Escola Técnica do SUS da Cidade de São Paulo, reconhecida pelo Conselho Municipal de Educação de São Paulo em 2003. A partir de então foram realizados cursos técnicos de enfermagem, farmácia, imobilizações ortopédicas e higiene dental.

No estado de São Paulo, existem sete Escolas Técnicas do SUS, sendo a ETSUS-SP a única que é mantida pela Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo e vinculada à Escola Municipal de Saúde. As demais estão sob a gestão da Secretaria de Estado da Saúde (RET-SUS).

A constituição do Projeto Político Pedagógico - PPP da ETSUS-SP foi fundamentado na perspectiva histórico-crítica de educação, no trabalho como princípio educativo, no currículo integrado e na metodologia problematizadora de ensino, possibilitando o aumento da autonomia intelectual dos trabalhadores, o domínio do conhecimento técnico-científico, a capacidade de planejamento, o gerenciamento do tempo e do espaço de trabalho, o exercício da criatividade, o trabalho em equipe, a interação com os usuários, a qualidade no desempenho de sua função de forma ética e humanizada visando à conseqüente melhoria do atendimento à população.

Devido à complexidade, à dinâmica social e extensão territorial da cidade de São Paulo, a ETSUS-SP implanta unidades desconcentradas, distribuídas nas cinco macrorregiões de saúde da cidade de São Paulo. O objetivo é a valoração do trabalho próximo à realidade local, privilegiando as necessidades de formação e capacitação levantadas no processo de trabalho. Desta forma, caracteriza uma autonomia para as macrorregiões de saúde na definição dos cursos a serem desenvolvidos, bem como na organização e acompanhamento dos mesmos. Assim, acredita-se no respeito ao princípio organizativo de descentralização proposto pelo SUS.

A proposta da ETSUS-SP é formar e qualificar os trabalhadores da área da saúde, especialmente os de nível médio, buscando a valorização pessoal e profissional dos trabalhadores que exercem atividades de natureza complexa, rompendo com o utilitarismo e o imediatismo na tradicional educação continuada e nos treinamentos em serviço. Compete também à Escola capacitar técnica e pedagogicamente os profissionais de nível universitário que atuarão como docentes.

Os eixos da proposta político-pedagógica são:

- A opção pedagógica que contempla a metodologia problematizadora, que considera o aluno(a)/trabalhador(a) como sujeito ativo e crítico na construção do conhecimento, no desenvolvimento de competências e habilidades, capaz de transformar as práticas no trabalho e na vida social (SÃO PAULO, 2002).
- O processo de trabalho em saúde, cuja referência está contida na reforma sanitária que originou o Sistema Único de Saúde - SUS, definindo a saúde como direito fundamental do ser humano, tendo como princípios a universalidade, a equidade e a integralidade, e como diretrizes a descentralização político administrativa, a hierarquização da rede de serviços e a participação da comunidade (SÃO PAULO, 2002).
- A opção pelo currículo integrado por ser uma forma de organizar o conteúdo, que considera o contexto e a realidade do momento histórico no tempo e no espaço em que ocorre a experiência pedagógica. O processo de construção e desenvolvimento do currículo é intencional e diretivo, busca a construção coletiva do conhecimento, considera os limites e as possibilidades políticas do momento e facilita a articulação dinâmica entre trabalho e ensino, teoria e prática, ensino e comunidade.

É importante destacar que os alunos (as) da ETSUS-SP se caracterizam por serem adultos trabalhadores do SUS, inseridos no processo de trabalho, muitos deles sem qualificação profissional, excluídos do processo formal de educação.

Na trajetória nacional o Ministério da Saúde enquanto responsável pelas diretrizes da área edita a Política Nacional de Educação Permanente em 2004, corroborando com todo o processo de ordenação dos recursos humanos pelo SUS. O Pacto pela Saúde de 2006 reforça este caminho e em 2007 são estabelecidas as diretrizes para a implantação da Política de Educação Permanente.

Há um grande investimento na Rede das Escolas Técnicas do SUS esperando-se não só a mudança nos processos de trabalho, mas fundamentalmente a melhoria dos serviços prestados á população.

Frente a este contexto onde novos atores surgem na execução da política de Saúde, em São Paulo um amplo processo de reestruturação da área de Recursos Humanos começa a ser delineado a partir de 2008. A Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo investe na Coordenação de Recursos Humanos permitindo uma ampla discussão e reorganização dos processos de trabalho, fluxos, atribuições, competências e organograma. O diagnóstico da área apontava na época um modelo de Recursos Humanos (RH) burocrático, centralizado com visão fragmentada, ações duplicadas e servidores desmotivados.

Um dos focos principais de atenção foi a modernização do CEFOR, a unificação dos processos de trabalho das equipes que realizavam cursos de aperfeiçoamento e da ETSUS.

Houve um grande investimento tecnológico no CEFOR com a implantação da Rede São Paulo Saudável, TV Corporativa, a discussão para a implantação da Biblioteca Virtual de Saúde junto a BIREME e a implantação da Educação a Distância em 2009 por meio da plataforma *Moodle*.

Com todos estes investimentos em 2010 um novo direcionamento ao CEFOR foi determinado, transformá-lo na Escola Municipal de Saúde, retomar o papel de destaque na qualificação e formação de seus profissionais diante de um novo modelo de gestão.

Essa implantação significou construir uma Escola integrada aos programas, projetos, ações e estratégias adotadas pela Secretaria, construir uma rede de trabalhadores qualificados para o exercício profissional na saúde, construir uma nova cultura institucional resgatando a credibilidade técnica e política e assim dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pela Escola.

Com uma rede de mais de 920 serviços, chegando a 73.195 profissionais com diferentes formações e vínculos empregatícios, se faz necessário constantemente aprimorar a educação profissional em saúde.

Neste sentido, a Escola vinculada diretamente a Coordenação de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal da Saúde foi concebida de acordo com a estrutura e responsabilidades conforme descrito na Figura 1.



Figura 1 – Estrutura organizacional da Coordenação de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal da Saúde.

A seguir são descritas as funções de cada setor que compõe a estrutura organizacional da Coordenação de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal da Saúde.

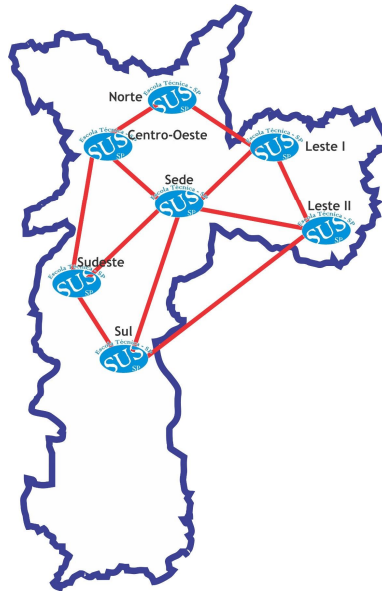
- **Divisão Administrativa** – possui entre suas atribuições a gerir os eventos funcionais dos servidores da Escola, bem como, planejar, coordenar, controlar, analisar, e executar os atos de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial. A área ainda executa e supervisiona os

serviços de infraestrutura, apoio logístico e manutenção de equipamentos e instalações da Escola.

- **Núcleo de Orçamento, Compras e Finanças** - responsável em gerir os recursos orçamentários e financeiros relativos aos contratos, convênios, acordos e outros instrumentos congêneres. Também é de sua responsabilidade coordenar, orientar e executar as atividades de administração financeira e contábil.

- **Divisão de Educação** - tem como diretriz desenvolver cursos e programas de habilitação, qualificação e educação continuada, incluídos os de capacitação, aperfeiçoamento, atualização e especialização, em todos os níveis de escolaridade atendendo às necessidades regionais e diretrizes da Secretaria de Saúde. Dentre os cursos oferecidos destacam-se: Programa Gestores do SUS, Capacitação de Conselheiros Gestores das Unidades de Saúde, Capacitação Pedagógica para Docentes; Questão Étnica Racial.

Possui em sua estrutura a Escola Técnica do SUS - ETSUS / SP que desenvolve cursos de educação profissional técnica de nível médio com certificação válida para todo território nacional. Sua ação se dá por meio das seis unidades desconcentradas que organizam cursos conforme planejamento regional e demandas dos serviços que compõem o SUS.



Estas Unidades desconcentradas são organizadas a partir da constituição de uma equipe composta por um coordenador, uma secretária e uma equipe de docentes, indicada pela Coordenadoria de Saúde à qual está vinculada. As Unidades Regionais foram organizadas, considerando a dimensão territorial e a dinâmica social da cidade de São Paulo com 11.379.114 habitantes distribuídos num território de 1.521,10 Km², segundo dados da Fundação SEADE.

- **Setor Técnico de Educação a Distância** utiliza-se da tecnologia aplicada por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – *Moodle* e mais recentemente pelo Canal Interativo da Rede São Paulo Saudável. Os cursos desenvolvidos em parceria com as áreas técnicas da Secretaria são oferecidos na modalidade semipresencial ou totalmente a distância.

- **Núcleo de Documentação** - tem por responsabilidade a organização e sistematização de documentos e materiais de interesse da Saúde Coletiva produzidos pelas diversas Unidades de Saúde da SMS, além dos adquiridos por meio de compra e doação. Conta com um acervo que está informatizado segundo formato BIREME/OPAS, com um total de 2000 livros, 300 fitas de vídeo, 60 títulos de periódicos e 1500 documentos

não convencionais. Gerencia ainda, as redes de informações virtuais em saúde pertencentes à Secretaria e coordena as ações que promovam a captação, o registro e a disseminação do conhecimento da saúde. Com a implantação da 1ª Biblioteca Virtual em Saúde na instância municipal do Brasil, a BVS/SMS-SP em Agosto/2011, a Secretaria contribui para o desenvolvimento da saúde coletiva e fortalecimento do SUS, com acesso livre, gratuito e equitativo torna-se uma ferramenta estratégica na gestão da informação e conhecimento, sendo um grande repositório dos materiais técnico-científicos produzidos por 15(quinze) áreas da Secretaria e mais de 1800 documentos postado, um espaço colaborativo, descentralizado e de todos.

- **Núcleo de Comunicação e TV Corporativa** - Responsável pela divulgação e disposição de informações da Escola Municipal de Saúde, o Núcleo de Comunicação e TV Corporativa, desenvolve o planejamento da divulgação dos cursos oferecidos, produção de material gráfico, padronização e identidade visual de todas as publicações consolidando a imagem da Escola. Possui ainda a responsabilidade de coordenar a programação e o conteúdo do Canal Profissional e do Canal Interativo da Rede São Paulo Saudável que veiculam em todas as Unidades da SMS, ininterruptamente.

- **Núcleo Escolar** - Apoiar os processos administrativo-pedagógicos relativos à vida escolar dos alunos matriculados nos cursos ministrados pela EMS. Cabe ao Núcleo, manter atualizado o arquivo de legislação educacional, sistematizando a documentação necessária para a divulgação, inscrição, execução, acompanhamento, avaliação e certificação dos participantes nos cursos promovidos pela EMS.

3.1. O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – PPP

3.1.1- Definição

Pensar em projeto político-pedagógico é pensar na escola, como um espaço vivo, heterogêneo, social, educativo, um ambiente de vida, onde pessoas se socializam e aprendem a conviver. É pensar na instituição como um espaço de discussão e reflexão, onde se pretende definir: “*que educação se quer, que tipo de cidadão se deseja e para que projeto de sociedade?*” (GADOTTI, 1994).

É refletir acerca dos objetivos a serem estabelecidos, das metas a serem cumpridas e dos sonhos a se tornarem realidade. Em se tratando de sonhos, ressalta Nogueira:

“como educadores, em alguns momentos, “nos perdemos” em sonhos e projetos pedagógicos, pois olhamos para os aspectos educacionais e por vezes esquecemos de considerar as questões estratégicas para que sonhos saiam de nossas mentes e dos corações e passem para o plano prático e operacional “(NOGUEIRA, 2012).

Não basta sonhar. É preciso planejar, registrar, colocar em prática as aspirações, os sonhos, os desejos, as ações, de forma eficiente e eficaz. É preciso projetar, ou seja, lançar para frente.

Diante disso, é essencial que a escola se estruture por meio de um projeto exequível, lançando mão do presente, sem se esquecer do passado e se projetando para o futuro, com ousadia, reflexão, desejo de mudança e acima de tudo, com participação de todos os envolvidos na comunidade escolar. Conforme explicita Vasconcelos (2005), o PPP pode ser entendido como a sistematização, nunca definida, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade.

Nesse sentido, é fundamental que a instituição elabore o seu projeto político-pedagógico, visto que, este não é um mero documento, mas sim, a identidade da escola.

Na visão de Veiga (1995) o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade [...] Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

O PPP é o instrumento teórico-metodológico que explicita a intencionalidade da escola, direcionando os caminhos a serem trilhados e as direções a serem tomadas. E, portanto, não deve ser elaborado apenas para efeitos burocráticos, mas, deve ser um documento vivo dentro da escola, de forma a propiciar a reflexão permanente acerca do trabalho desenvolvido pela instituição, evitando práticas fragmentadas e improvisadas.

Freitas et al. (2004) descrevem que o projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma – sob o olhar atento do poder público.

O PPP não é um instrumento pronto e acabado, muito menos estático, trata-se de um documento dinâmico e democrático, hábil a orientar a vida da escola, e que deve ser construído, ampliado e reconstruído, de acordo com as necessidades de cada escola.

Medel (2008) relata que cada PPP retrata a identidade da escola, sendo um trabalho de construção e reconstrução que exige a participação de todos, bem como clareza quanto ao compromisso ético-profissional de educar o cidadão destes novos tempos. [...] é a própria escola cidadã. Nessa visão, a ênfase é no PPP como um processo dialógico- uma

alternativa ao planejamento autoritário, burocrático, centralizado e descendente.

A instituição escolar que se propõe a planejar, elaborar, avaliar e retroalimentar o seu projeto político-pedagógico proporciona uma educação eficiente, eficaz e efetiva, bem como, desempenha sua autonomia pedagógica, dando início há um processo de gestão compartilhada e democrática.

3.1.2- CONCEITUANDO O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projicere*, que significa *lançar para diante. Plano, intento, desígnio.*

O PPP retrata a identidade da escola, cujo trabalho de construção e reconstrução requer a participação de toda a comunidade escolar, comprometidos com a qualidade do ensino.

Para que este processo aconteça, é necessário, como afirma Gadotti (1994) rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa antes determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Pautado no que preconiza a Constituição Federal de 1988, o Ministério da Saúde, instância superior, define que, a ordenação da formação dos trabalhadores para o Sistema Único de Saúde – SUS é de sua responsabilidade, abrindo novos olhares para a formação em serviço, tendo em vista efetiva implementação do SUS.

Neste sentido, o Ministério da Saúde reconhece e valoriza a formação dos trabalhadores como um componente para o processo de qualificação da força de trabalho, no sentido de contribuir para a

efetividade da política nacional de saúde. Essa concepção da formação busca caracterizar a necessidade de elevação da escolaridade e os perfis de desempenho profissional, de modo a possibilitar o aumento da autonomia intelectual dos trabalhadores, do domínio do conhecimento técnico-científico, da capacidade de gerenciar tempo e espaço de trabalho, de exercitar a criatividade, de interagir com os usuários dos serviços, de ter consciência da qualidade e das implicações éticas de seu trabalho.

Esse entendimento clarifica a necessidade de um profissional mais qualificado para exercer as suas funções, visto que se pretende elevar a qualidade dos serviços de atenção a Saúde prestada à população.

É importante salientar, que toda esta política de formação está em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, que são: Universalidade, Equidade, Integralidade da assistência, com descentralização, hierarquização dos serviços e o controle social; uma vez que cabe ao SUS ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.

3.1.3- DIMENSÕES E PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O PPP é um projeto de suma importância na vida da escola, pois ele é a sua identidade. É ele que orientará a gestão da escola no caminho em que se deve trilhar, rumo ao êxito no processo de ensino aprendizagem.

A escola é um espaço educativo e o trabalho que é realizado dentro dela não pode ser pensado, nem realizado no vazio e na improvisação. O PPP é o instrumento que possibilita à escola inovar a prática pedagógica dos docentes e dos demais membros da comunidade escolar, na medida em que apresenta novos caminhos para as situações que precisam ser modificadas. Ao construí-lo coletivamente, a escola afirma sua autonomia sem, no entanto, deixar de estar ligada às esferas municipal, estadual e federal de educação (MEDEL, 2008).

Com vistas a propiciar o cumprimento da função social da escola, bem como, garantir um ensino de qualidade, que possibilite sucesso na

aprendizagem de seus discentes, faz-se necessário considerar o PPP nas diversas dimensões da escola, quais sejam: pedagógica, administrativa, financeira e jurídica.

Sob a ótica de Mendel (2008) as dimensões da escola podem ser entendidas:

- a) Pedagógica: refere-se ao trabalho da escola em sua finalidade primeira e a todas as atividades desenvolvidas dentro e fora da sala de aula, inclusive à forma de gestão, à abordagem curricular e a relação escola-comunidade.
- b) Administrativa: diz respeito aos aspectos gerais da organização [...]
- c) Financeira: relaciona-se às questões de captação e aplicação de recursos financeiros, tendo em vistas sempre a sua repercussão em relação ao pedagógico [...]
- d) Jurídica: retrata a legalidade das ações e a relação da escola com outras instâncias do sistema de ensino – municipal, estadual e federal - e com outras instituições do meio em que está inserida (MEDEL, 2008).

As referidas dimensões devem permear a construção deste projeto, pois fazem parte do cotidiano escolar e retratam os aspectos socioculturais da instituição, próprios do meio em que a escola está inserida.

Nesse passo, quando há de fato, a compreensão destas dimensões por parte dos integrantes do processo de elaboração, ou seja, quando seus atores conhecem a realidade da escola e estão em prol de objetivos comuns, esta se transforma em um espaço de reflexão, de diálogo, de trabalho coletivo e de mudanças.

Medel (2008) assevera as dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica do PPP necessitam ser vistas naquilo que a escola já é, no sentido de apontar possibilidades de modificar-se, contando com o trabalho coletivo dos segmentos. Essas dimensões devem ser analisadas levando-se em conta sua interdependência, já que elas interferem uma nas outras.

Em face destas dimensões, existem alguns princípios que devem nortear o processo de discussão e de construção do PPP.

O primeiro princípio a ser destacado é o da autonomia. Esse se refere à capacidade de gerir a escola, dentro das limitações impostas pelos diversos órgãos do sistema educacional.

Para Medel (2008) a autonomia não corresponde à soberania, uma vez que a escola ao adquirir sua autonomia, não se torna independente das outras esferas administrativas com as quais mantém relação com o seu trabalho. Ainda, vale ressaltar, que a partir do momento que a instituição escolar construir sua autonomia, mais responsabilidades serão assumidas perante a sociedade e maior será o compromisso da qualidade do ensino.

Em consequente, o segundo princípio é a qualidade do ensino, que encerra na preocupação em propiciar um processo de ensino aprendizagem eficiente e eficaz, sendo necessária uma busca constante por parte dos membros da comunidade escolar. Esta busca deve partir de uma de gestão democrática, em que as relações estabelecidas no cotidiano escolar são valorizadas e os indivíduos se sintam parte integrante deste processo.

Atrelado ao princípio da qualidade há o da organização curricular. Cabe a escola definir que currículo pretende adotar, com o propósito de possibilitar uma aprendizagem que venha ao encontro dos anseios de seu alunado, de forma a atender suas necessidades, trabalhando conhecimentos, habilidades e atitudes.

Para tanto, é imprescindível que este seja visto como o eixo central da escola e que seja trabalhado de forma integrada, agregando diversas áreas do conhecimento, como define Farquim apud Libâneo, Oliveira e Toshi: o conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos (saberes, competências, representações, tendências e valores) transmitidos (de modo explícito ou implícito) nas práticas pedagógicas e nas instituições de escolarização, isto é, tudo aquilo a que poderíamos chamar de dimensão cognitiva e cultural da educação escolar (FARQUIM, 1993, apud, LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2003).

Por fim, o último princípio a ser destacado, e essencial para o desenvolvimento da prática pedagógica na escola, é o da valorização dos profissionais da educação.

O PPP precisa deixar claro que a qualidade do ensino perpassa obrigatoriamente pela valorização de seus profissionais, sendo assim, é fundamental oferecer uma formação inicial e continuada para seu corpo docente.

Dáí reside um dos grandes desafios da escola, como leciona Veiga e Carvalho: o grande desafio da escola, ao construir sua autonomia, deixando de lado seu papel de mera "repetidora" de programas de "treinamento", é ousar assumir o papel predominante na formação dos profissionais (VEIGA e CARVALHO, 1994).

Não de outro modo, pode-se perceber, que há uma relação intrínseca, entre os princípios norteadores do PPP, sendo mister que a escola os reflita de modo integrado e compartilhe-os com os diversos segmentos de sua comunidade.

Veiga (1991) nos adverte que os princípios norteadores do PPP devem ser efetivamente aplicados na escola, pois uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta, no currículo, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real no concreto.

Estes princípios quando vivenciados no cotidiano escolar, podem contribuir de maneira significativa para o processo de construção do PPP, corroborando na busca por uma educação de qualidade.

A vivência destes princípios, no contexto escolar, deve ser precedida de uma gestão democrática, sendo esta essencial não só para o processo de construção do Projeto Político Pedagógico, mas para todas as atividades desenvolvidas no espaço escolar, como afirma Ferreira (2003) que a gestão da educação, enquanto tomada de decisão, organização, direção e participação, não se reduz e circunscreve na responsabilidade de construção do projeto político-pedagógico. A gestão da educação acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da escola, inclusive e especialmente na sala de aula, onde se objetiva o projeto político-pedagógico não só como desenvolvimento do planejado, mas

como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisões e para o estabelecimento de novas políticas.

3.1.4- PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico é um processo dinâmico, criativo, reflexivo e participativo. É o momento em que todos os partícipes da comunidade escolar - equipe gestora, corpo técnico-administrativo, corpo docente, corpo discente, funcionários, representante da comunidade - se unem para planejar ou replanejar os novos rumos que a escola irá seguir tendo em vista a melhoria do ensino.

Conforme descreve Veiga (2008) que o processo de construção do projeto é dinâmico e exige esforço coletivo e comprometimento; não se resume, portanto, à elaboração de um documento escrito por Um grupo de pessoas para que se cumpra uma formalidade. É concebido solidariamente com possibilidade de sustentação e legitimação.

O início do processo de elaboração se dá a partir do momento que a instituição escolar, se propõe a planejar de forma participativa, começando pelo diagnóstico, perpassando pela formulação de objetivos, metas e ações e findando-se nos processos de execução e avaliação.

É importante ressaltar que, para que de fato o processo de construção seja legitimado, é imprescindível que este seja construído coletivamente, com a participação de todos os segmentos educacionais. A questão da participação é condição fundamental para a efetivação do PPP.

Veiga corrobora que a participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação (VEIGA, 1990).

Neste sentido, o PPP pressupõe uma elaboração conjunta por parte de seus atores, o que por vezes pode gerar situações de divergências, de conflitos. E são nesses momentos, que as discussões se tornam

enriquecedoras, pois levam os indivíduos a refletirem sobre os problemas levantados, em busca de soluções que possam atender os interesses coletivos da instituição. A escola se transforma em um espaço de constante reflexão e elaboração.

Na visão de Veiga (2008) o projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola.

Ao ser construído o PPP, precisa-se clarificar que cidadãos quer se formar, qual a concepção de ensino aprendizagem adotar, que currículo seguir, que sistema de avaliação assumir, que valores e culturas transmitirem, considerando a escola que somos e a escola que queremos ser.

Sua construção pressupõe refletir acerca dos aspectos que o deverão compor, diante de uma visão multicultural e da inserção que a instituição escolar pretende fazer em relação ao currículo e a avaliação.

Castro (2006) preleciona que o registro do ato político e pedagógico de educar, o projeto da escola, elaborado coletivamente por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, transpõe os “muros invisíveis” da escola e elimina as distâncias entre o espaço – tempo escolar e o espaço – tempo social, político e cultural, para transformá-los em um único espaço tempo de viver.

A escola ao iniciar o seu processo de elaboração, reconhece a necessidade de mudança e enfrenta o desafio de uma nova organização do trabalho pedagógico, bem como, de uma nova maneira de gerir os processos educacionais.

A fase de elaboração é precedida por um período de sensibilização, em que os atores são estimulados e convidados a participarem deste projeto, ressaltando sua importância, o seu valor, para as atividades a serem desenvolvidas na escola. É o momento em que os diversos segmentos lêem, ouvem e debatem sobre o que é o projeto político

pedagógico. Contudo, Marques (1990) apud Veiga (2008) ressalta que a adesão à construção do projeto não deve ser imposta e sim conquistada por uma equipe coordenadora, compromissada e consequente.

Nesse intento, faz-se necessário que a escola organize uma equipe diretiva, formada pelos representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar, a qual deverá orientar e conduzir todo o processo de construção do PPP, sendo esta responsável pela redação final do documento.

Consoante, Vasconcellos (1991) apud Veiga (2008) explica que mais importante do que ter um texto bem elaborado, é construirmos um envolvimento e o crescimento das pessoas, principalmente dos educadores, no processo de elaboração do projeto, através de uma participação efetiva naquilo que é essencial na instituição. Planejar com e não planejar para. [...].

3.1.5- ESTRUTURA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Após a fase de sensibilização dos diversos segmentos rumo à construção do Projeto Político-Pedagógico, inicia-se a sua elaboração. Neste momento, é imperioso embasar-se nos princípios norteadores do PPP, nas legislações vigentes, bem como nos referenciais teóricos acerca desse projeto.

Segundo Veiga (2008) para que a construção do projeto pedagógico seja possível, não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente. E, para enfrentarmos essa ousadia, necessitamos de um referencial que fundamente a construção do projeto.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 prevê em seu artigo 12 que: “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996).

O processo de elaboração do PPP, conforme Veiga pode ser fragmentado em três atos distintos, no entanto, interdependentes entre si:

- a) Ato situacional: objetiva descrever a realidade em que a escola está inserida. É o desvelamento da realidade sociopolítica, econômica, educacional e ocupacional.
- b) Ato conceitual: refere-se à concepção de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem.
- c) Ato operacional: destina-se a orientar as ações a serem desenvolvidas no projeto.

Esses atos, conforme destaca Veiga (2008), refletem propósitos, perspectivas, experiências, valores e interesses humanos concretos, devendo ser levados em consideração ao longo do planejamento.

De outro modo, na visão de Gandim (1991), Vasconcellos (2000), Medel (2008) e Nogueira (2012), a etapa de elaboração do projeto, se divide em três fases constituintes: a construção do marco referencial, que compreende o marco situacional, marco doutrinal, político ou filosófico e o marco operativo ou pedagógico; o diagnóstico e a programação.

4- JUSTIFICATIVA

A Escola Municipal de Saúde foi concebida em 2011, com as seguintes finalidades:

I - Promover a formação, o desenvolvimento e o aprimoramento profissional dos servidores públicos, dos trabalhadores das organizações parceiras e dos membros dos conselhos gestores, vinculados às unidades de saúde, da Secretaria Municipal da Saúde, por meio do planejamento, desenvolvimento e execução de programas de educação profissional em saúde;

II - Preparar o profissional da saúde para seu melhor desempenho e aprimoramento profissional;

III - Contribuir para a qualidade da gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito da Prefeitura do Município de São Paulo.

A Escola Técnica do Sistema Único de Saúde - São Paulo - ETSUS-SP, está vinculada à Divisão de Educação da Escola Municipal de Saúde - EMS, órgão da Coordenação de Gestão de Pessoas – CGP, da Secretaria Municipal da Saúde – SMS e tem por finalidade oferecer cursos de Educação Profissional aos trabalhadores que atuam na área da saúde no Município de São Paulo, bem como ser um pólo irradiador da Política de Educação Profissional de Saúde pela capacitação e formação dos servidores, trabalhadores e conselheiros municipais.

Como papel estratégico a Coordenação de Gestão de Pessoas- CGP, por meio da Escola Municipal de Saúde, em especial, a Escola Técnica do SUS-SP traz como diretriz a construção e o desenvolvimento de projetos institucionais de educação permanente com conteúdos, metodologias e estratégias que respondam as necessidades de e a demanda dos serviços.

5- METODOLOGIA

Para elaboração do projeto político-pedagógico será realizada uma análise documental e um diagnóstico da Escola Municipal de Saúde (EMS) e Escolas Técnicas (ETSUS). Para tanto serão aplicados os seguintes instrumentos: análise de documentos correlacionados, elaboração e aplicação de um questionário estruturado, entrevista estruturada, realização de reuniões e oficinas.

Inicialmente, o planejamento será dialógico e participativo, tendo como princípio básico, a elaboração por meio da formulação de perguntas e questionamentos, com o objetivo de problematizar a realidade, conforme descreve Vasconcelos (2000).

Esta ação de intervenção será realizada em etapas descritas a seguir.

5.1- Análise Documental

A análise de documentos possibilitará a compreensão da estrutura organizacional da EMS e das Escolas Regionalizadas - ETSUS, como também, o conhecimento da série histórica dos dados institucionais, com suas diretrizes, finalidades e atribuições, bem como, sua organização didático-pedagógica.

Serão utilizados com fonte o Decreto 28.625 de 30 de março de 1990, o Decreto 52.514 de 25 de julho de 2011, o Regimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico atual.

5.2- Diagnóstico da Escola Municipal de Saúde

Para o diagnóstico da EMS e ETSUS será elaborado e aplicado um questionário aos docentes e discentes (ANEXOS I e II). Também serão realizadas entrevistas estruturadas com a Divisão Administrativas, a Divisão de Educação, o Núcleo de Comunicação e TV Corporativa, o Núcleo de Documentação, o Núcleo Escolar e os coordenadores. Aliada a estas atividades serão utilizadas reuniões setoriais e oficinas com a divisão de Educação, representantes dos diversos segmentos da EMS, coordenadores das ETSUS, Coordenadores de Gestão de Pessoas das Coordenadorias Regionais e da SMS e representantes do Conselho Escolar (alunos).

5.3 – Realização de Entrevistas, Reuniões e Oficinas

Para a fundamentação na elaboração do projeto político-pedagógico serão realizadas entrevistas estruturadas, reuniões e oficinas com os docentes e discentes da Escola Municipal de Saúde (EMS) e Escolas Técnicas (ETSUS).

5.3- Análise dos Resultados

A partir da análise dos documentos correlacionados, e dos dados e informações obtidas na aplicação dos questionários, nas entrevistas, reuniões e oficinas será elaborada uma proposta para o projeto político-

pedagógico da Escola Municipal de Saúde (EMS) e Escolas Técnicas (ETSUS).

Esta proposta será apreciada pelo corpo docente e discente para sugestões e modificações necessárias.

6 - CONCLUSÕES FINAIS:

O conjunto de atitudes a serem tomadas e atividades a serem desenvolvidas e balizadas pela vontade e compromisso de toda a comunidade escolar, contribuirão para a concretização do processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Saúde.

7 - CRONOGRAMA

Quadro 1 – Cronograma para o Projeto “Reconstrução do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Saúde de São Paulo”.

ATIVIDADES	MESES											
	1 ^o	2 ^o	3 ^o	4 ^o	5 ^o	6 ^o	7 ^o	8 ^o	9 ^o	10 ^o	11 ^o	12 ^o
Análise documental	X	X										
Elaboração do questionário			X									
Aplicação do questionário				X	X							
Realização das entrevistas estruturadas						X	X					
Realização das reuniões								X	X			
Elaboração das oficinas										X	X	
Aplicação das												X

oficinas												
----------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRE, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. IN. Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho (Orgs.). **Ensinar a Ensinar**. São Paulo, 2001. 195p.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001. 259p.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertat, 1995. 31p.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.337p.

_____. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1998. 200p.

BRASIL, Constituição (1988), art., 196 e 200. Brasília, 1988

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer nº 16, de 05 de outubro de 1999. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto n. 7.508 de 28 de Junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Capítulo III Da educação profissional.** Diário Oficial da União. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Câmara de Educação Básica. n.04 de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 1999.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIAS, S J. **Avaliação institucional, instrumento da qualidade educativa: a experiência da UNICAMP.** São Paulo: Cortez, 1995.

MEDEL, C. R. M. de A. **Projeto Político-Pedagógico: construção e implementação na escola.** São Paulo: Autores Associados, 2008.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria da Educação. Conselho Municipal de Educação. **Parecer n.04 de 08 de Maio de 2003. Autorização de instalação e de funcionamento da Escola Técnica do Sistema Único de Saúde - São Paulo, da Secretaria Municipal de Saúde, com cursos de educação profissional (Área da Saúde), aprovação do Regimento Escolar e dos Planos de Cursos Técnicos de Enfermagem, de Farmácia, de Imobilização Ortopédica, de Laboratório de Análises Clínicas, de Higiene Dental e de Especialização de Auxiliar de Enfermagem em Saúde Pública.** São Paulo: SME, 2003.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria da Educação. Conselho Municipal de Educação. **Parecer nº141 de 28 de Maio de 2009. Relatórios do desenvolvimento dos cursos de educação profissional técnica de nível médio da Escola Técnica do Sistema Único de Saúde- ETSUS/CEFOR, em 2006 e em 2007.** São Paulo: SME, 2009.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria da Educação. Conselho Municipal de Educação. **Parecer nº 220 de 19 de Outubro de 2011. Pedido de autorização de funcionamento do curso Técnico de Vigilância em Saúde.** São Paulo: SME, 2011.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria da Saúde. Escola Municipal de Saúde. **Proposta Educação Profissional- Área de Saúde. Projeto Pedagógico, 2011.** São Paulo: SMS, 2011.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria da Saúde. Escola Municipal de Saúde. **Proposta Educação Profissional- Área de Saúde. Regimento Escolar, 2009.** São Paulo: SMS, 2009.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria da Saúde. Escola Técnica do Sistema Único de Saúde de São Paulo. **Relatório 2011.** São Paulo: SMS, 2011.

SÃO PAULO (Cidade). Decreto Municipal nº 28.625 de 19 de junho de 2002. Dispõe sobre a alteração da denominação do Núcleo de Formação do Centro de Formação dos Trabalhadores da Saúde – CEFOR, da Secretaria Municipal da Saúde e dá outras providências. Publicado no DOM em 19/06/02. São Paulo: SMS, 2002.

SÃO PAULO (Cidade). **Decreto Municipal nº 42.120 de 19 de junho de 2002. Dispõe sobre a alteração da denominação do Núcleo de Formação do Centro de Formação dos Trabalhadores da Saúde – CEFOR, da Secretaria Municipal da Saúde e dá outras providências.** Publicado no DOM em 19/06/02. São Paulo: SMS, 2002.

SÃO PAULO (Cidade). **Decreto Municipal nº 52.514 de 19 de junho de 2002. Dispõe sobre a alteração da denominação do Núcleo de Formação do Centro de Formação dos Trabalhadores da Saúde – CEFOR, da Secretaria Municipal da Saúde e dá outras providências.** Publicado no DOM em 19/06/02. São Paulo: SMS, 2002.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura de São Paulo. **Portaria Intersecretarial Educação/ Saúde n. 02 de 18 de Julho de 1990.** São Paulo: PMSP, 1990.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Fundação Seade. **População total do Município de São Paulo em 2012.** Disponível em <WWW.seade.gov.br>. Acesso: 14 mai 2013.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Fundação Seade. **Território do Município de São Paulo em 2012.** Disponível em <WWW.seade.gov.br>. Acesso: 14 mai 2013.

ANEXOS



INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS ESCOLA MUNICIPAL DE SAÚDE

Questionário a ser respondido pelos alunos (as) da Escola Técnica do SUS de São Paulo- ETSUS.

Prezado Aluno (a),

O presente questionário tem como objetivo coletar dados para subsidiar a construção do diagnóstico da Escola Municipal de Saúde, considerando seus aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e jurídicos.

Sua colaboração, ao responder as questões que lhe são apresentadas, é fundamental para a elaboração do diagnóstico da instituição.

Os dados a serem coletados serão utilizados de forma agregada e sem identificação pessoal. Não há respostas certas ou erradas, o que importa é sua opinião franca e sincera.

Agradecemos por sua participação,

Ana Luisa S. Gonçalves – Coordenação Pedagógica

QUESTÕES

IDENTIFICAÇÃO

1. Sexo: Feminino
 Masculino

2. Faixa Etária: 18 a 20
 21 a 30
 31 a 40
 41 a 50
 51 a 60
 acima de 60

3. Estado Civil: solteiro
 casado
 divorciado
 viúvo
 outro: _____

4. Grau de formação/ instrução: ensino médio
 graduação incompleta
 graduação completa
 outro: _____

5. Região ETSUS: _____

6. Curso: _____

QUANTO AO CURSO:

7. Motivo da realização do curso:

8. O curso atende as suas expectativas? Justifique.

sim não em parte

9. Você considera o seu curso de qualidade?

sim não em parte não se aplica

QUANTO AO CURRÍCULO:

10. Você conhece o currículo do seu curso?

sim não em parte

11. O currículo adotado para o curso é atualizado?

sim não em parte

12. Você contribui, participa, dá sugestões para o processo de inovação curricular?

sim não em parte

13. A organização curricular e os conteúdos contribuem para o exercício profissional?

sim não em parte

14. Existe relação entre os conteúdos trabalhados em sala de aula e sua prática profissional? Faça algum comentário ou sugestão quanto ao currículo do seu curso.

sim não em parte

QUANTO AO MATERIAL DIDÁTICO:

15. O material didático (apostila) possibilita a compreensão dos conteúdos ensinados em sala de aula?

sim não em parte

16. A linguagem utilizada no material é de fácil entendimento? Comente.

sim não em parte

QUANTO AO DOCENTE:

17. O professor apresenta e discute no início do curso o plano de curso?
() sim () não () em parte
18. É assíduo e pontual no início e término da aula?
() sim () não () em parte
19. Domina o conteúdo ministrado?
() sim () não () em parte
20. É claro e objetivo na exposição do conteúdo, de forma a possibilitar a compreensão e desenvolvimento da aprendizagem relacionando teoria e prática?
() sim () não () em parte
21. Utiliza metodologias e recursos didáticos diversificados?
() sim- quais ? () não () em parte

22. Propõe situações-problemas visando a aprendizagem desejada?
() sim () não () em parte
23. Utiliza critérios e instrumentos de avaliação claros, coerentes e adequados aos conteúdos trabalhados em sala?
() sim () não () em parte

24. Desenvolve o senso crítico, a reflexão e a criatividade?

sim não em parte

25. Trabalha os conteúdos enfocando questões atuais relacionadas com os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e do trabalho?

sim não em parte

26. Tem bom relacionamento com os alunos?

sim não em parte

QUANTO AO COORDENADOR

27. O coordenador é prestativo e receptivo no atendimento em geral?

sim não em parte

28. Apresenta, analisa e discute os problemas relacionados ao curso?

sim não em parte

29. Os meios de comunicação e/ou sistema de informação utilizado pela coordenação da ETSUS são eficazes?

sim não em parte

QUANTO A ETSUS:

30. A localização da ETSUS é de fácil acesso?

sim não em parte

31. A estrutura física é adequada?

Banheiro:

sim não em parte

Biblioteca:

sim não em parte não se aplica

Laboratório de informática

sim não em parte não se aplica

Refeitório:

sim não em parte não se aplica

Sala de Aula

sim não em parte

32. É limpa?

Banheiro:

sim não em parte

Biblioteca:

sim não em parte não se aplica

Laboratório de informática

sim não em parte não se aplica

Refeitório:

sim não em parte não se aplica

Sala de Aula

sim não em parte

33. Atende aos padrões de acessibilidade?

Banheiro:

sim não em parte

Biblioteca:

sim não em parte não se aplica

Laboratório de informática

sim não em parte não se aplica

Refeitório:

sim não em parte não se aplica

Sala de Aula

sim não em parte

34. A quantidade de banheiro é satisfatória?

sim não em parte

QUANTO AO SETOR DE APOIO:

Biblioteca

35. A biblioteca da escola possibilita a realização de trabalhos de pesquisa, estudos e consultas em geral?

sim não em parte não se aplica

36. O acervo bibliográfico é satisfatório?

sim não em parte não se aplica

37. O horário de atendimento é adequado?

sim não em parte não se aplica

38. Você conhece a biblioteca virtual da saúde?

sim não em parte

39. Você acessa a biblioteca?

sim não em parte

Secretaria Escolar

40. O responsável pela secretaria escolar é receptivo e prestativo no encaminhamento de documentos?

sim não em parte

41. Presta informação adequada quanto a vida acadêmica do aluno?

sim não em parte

42. O horário de atendimento é adequado?

sim não em parte

QUANTO A ESCOLA MUNICIPAL DE SAÚDE

43. Você tem acesso as informações, eventos, cursos, ações que são realizadas na Escola Municipal de Saúde?

() sim () não () em parte

44. Em sua opinião, o que deveria ser mudado na Escola Municipal de Saúde?

45. Apresente sugestões ou críticas em relação à Escola Municipal de Saúde.

46. Você gostaria de acrescentar ou comentar alguma questão referente ao instrumento ou a escola municipal de saúde?

() sim () não



INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS ESCOLA MUNICIPAL DE SAÚDE

Questionário a ser respondido pelos professores (as) da Escola Técnica do SUS de São Paulo- ETSUS.

Prezado Professor(a),

O presente questionário tem como objetivo coletar dados para subsidiar a construção do diagnóstico da Escola Municipal de Saúde, considerando seus aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e jurídicos.

Sua colaboração, ao responder as questões que lhe são apresentadas, é fundamental para a elaboração do diagnóstico da instituição.

Os dados a serem coletados serão utilizados de forma agregada e sem identificação pessoal. Não há respostas certas ou erradas, o que importa é sua opinião franca e sincera.

Agradecemos por sua participação,

Ana Luisa S. Gonçalves – Coordenação Pedagógica

QUESTÕES

IDENTIFICAÇÃO

1. Sexo: () Masculino
() Feminino

2. Faixa etária:() menos de 30 anos
() 30 a 40 anos
() 41 a 50 anos
() 51 a 60 anos
() acima de 60 anos

3. Formação acadêmica: () Técnico

Graduação: _____

Especialização: _____

Mestrado

Doutorado

Pós-doutorado

4. Tempo de docência: menos de 1 ano

até 3 anos

4 a 5 anos

6 a 10 anos

mais de 10 anos

5. Tempo de experiência profissional na área da saúde: menos de 1 ano

até 3 anos

4 a 5 anos

6 a 10 anos

mais de 10 anos

QUANTO AO CURRÍCULO:

6. O currículo adotado para o curso é atualizado?

sim não em parte

7. Você contribui, participa, dá sugestões para o processo de inovação curricular?

sim não em parte

8. A organização curricular e os conteúdos contribuem para o exercício profissional de seus alunos?

sim não em parte

9. Existe relação entre os conteúdos trabalhados em sala de aula e a prática profissional dos discentes? Justifique.

sim não em parte

QUANTO AO MATERIAL DIDÁTICO:

10. O material didático (apostila) possibilita a compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula?

sim não em parte

11. A linguagem utilizada no material é de fácil entendimento? Comente.

sim não em parte

12. Você participa do processo de elaboração do material didático?

sim não em parte

13. As atividades, propostas na apostila, desenvolvem o senso crítico, a reflexão e a criatividade? Justifique.

sim não em parte

14. Os conteúdos, trabalhados em sala de aula, enfocam questões atuais relacionadas com os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e do trabalho?

sim não em parte

QUANTO AO DOCENTE

15. Você apresenta e discute no início do curso o plano de curso?

sim não em parte

16. De uma maneira geral, como é o relacionamento em sala de aula?

17. É claro e objetivo na exposição do conteúdo, de forma a possibilitar a compreensão e desenvolvimento da aprendizagem relacionando teoria e prática?

sim não em parte

18. Utiliza metodologias e recursos didáticos diversificados?

sim- quais? não em parte

19. Você propõe situações-problemas visando a aprendizagem desejada?

sim não em parte

20. Utiliza critérios e instrumentos de avaliação claros, coerentes e adequados aos conteúdos trabalhados em sala?

sim não em parte

21. Em sua opinião, como é o processo avaliativo? Há necessidade de mudanças nesse processo?

22. Quais são os instrumentos de avaliação utilizados no curso para o processo de aprendizagem dos alunos?

QUANTO AO COORDENADOR

23. O coordenador é prestativo e receptivo no atendimento em geral?

sim não em parte

24. Apresenta, analisa e discute os problemas relacionados ao curso?

sim não em parte

25. Os meios de comunicação e/ou sistema de informação utilizado pela coordenação da ETSUS são eficazes?

sim não em parte

QUANTO AS CAPACITAÇÕES DO NÚCLEO DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

26. Você considera o processo de capacitação pedagógica da instituição eficiente e eficaz? Comente

27. Em sua opinião, as capacitações técnico-pedagógicas, são eficientes, eficazes e efetivas? Justifique

sim não em parte

28. O formato e a carga horária destas capacitações são satisfatórios? Comente.

sim não em parte

QUANTO AO SETOR DE APOIO:

Biblioteca

29. A biblioteca da escola possibilita a realização de trabalhos de pesquisa, estudos e consultas em geral?

sim não em parte não se aplica

30. O acervo bibliográfico é satisfatório?

sim não em parte não se aplica

31. O horário de atendimento é adequado?

sim não em parte não se aplica

32. Você conhece a biblioteca virtual da saúde?

sim não em parte

33. Você acessa a biblioteca?

sim não em parte

Secretaria Escolar

34. O responsável pela secretaria escolar é receptivo e prestativo no encaminhamento de documentos?

sim não em parte

35. Zela, organiza e instala, no tempo previsto, os recursos audiovisuais e os materiais disponíveis na ETSUS?

sim não em parte

36. Presta informação adequada quanto a vida acadêmica do aluno?

sim não em parte

37. O horário de atendimento é adequado?

sim não em parte

QUANTO A ESCOLA MUNICIPAL DE SAÚDE

38. Você tem acesso as informações, eventos, cursos, ações que são realizadas na Escola Municipal de Saúde?

sim não em parte

39. Em sua opinião, o que deveria ser mudado na Escola Municipal de Saúde.

40. Apresente sugestões ou críticas em relação à Escola Municipal de Saúde.

41. Você gostaria de acrescentar ou comentar alguma questão referente ao instrumento ou a escola municipal de saúde?

() sim () não
